

Por Lígia Formenti

***Ao JOTA, Hilton Melo afirma que há risco de subsegmentações tomarem conta do mercado e redução de oferta de planos hospitalares***

A proposta da Agência Nacional de Saúde Suplementar ([ANS](#)) de criar um [plano que ofereça apenas consultas e exames](#), a princípio deve ser considerada ilegal, afirma o coordenador do grupo de trabalho de Planos de Saúde da Procuradoria-Geral da República, Hilton Melo.

De acordo com ele, a ideia, mesmo que seja avaliada dentro de um ambiente regulatório experimental, precisa garantir para usuários o atendimento de urgência. “Seria uma contrariedade flagrante ao texto da lei fazer um experimento onde o paciente ficaria à própria sorte, à mercê de referência no sistema público. Algum gatilho para fazer essa referência experimental vai ter que ser discutido”, afirmou, em entrevista ao **JOTA**.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** JOTA, em 21.02.2025